



- a) preferencialmente, transferência ou depósito bancário em conta corrente ou caderneta de poupança de titularidade do beneficiário prejudicado;
- b) caso o beneficiário prefira, ordem de pagamento em nome do beneficiário prejudicado;
- c) em caso de ausência de resposta no prazo estabelecido nessa oferta, o pagamento da indenização a beneficiário que possua contrato em vigor com a COMPROMISSÁRIA se dará por meio de abatimento dos valores das mensalidades à vista ou de forma parcelada no menor número de parcelas necessário para a satisfação do crédito; ou
- d) não sendo possíveis os meios acima, depósito extrajudicial em nome do beneficiário prejudicado, conforme os §§1º a 4º do art. 539 da Lei nº 13.105, de 2015.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As obrigações previstas nesta cláusula não serão consideradas descumpridas se for cumprida a obrigação subsidiária prevista na cláusula sexta, quando cabível, conforme os termos e as condições previstos no referido dispositivo.

CLÁUSULA SEXTA – Subsidiariamente às obrigações previstas nas cláusulas quarta e quinta, a COMPROMISSÁRIA deverá recolher à ANS, **no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias a contar do início de vigência do presente Termo**, o valor de **R\$16.000,00 (dezesesse mil reais), acrescido do valor que seria devido a título de reembolso ao beneficiário, conforme previsto no Anexo I, atualizado pelo IPCA-E acumulado desde a data do pedido**, por cada beneficiário prejudicado que não receber o comunicado previsto na cláusula quarta e/ou não receber o reembolso e/ou a indenização de que trata a cláusula quinta em razão de comprovada impossibilidade, como, por exemplo, nos casos em que:

- a) o beneficiário não for localizado após comprovada tentativa em seu endereço de residência;
- b) o beneficiário vier ou tiver vindo a óbito; ou
- c) apesar de recebido o comunicado previsto na cláusula quarta, o beneficiário não prestar as informações necessárias para o pagamento do reembolso e da indenização, e, disponibilizado o valor devido por meio de depósito extrajudicial comprovadamente comunicado ao credor, o beneficiário recusá-lo, nos termos do §3º do art. 539 da Lei nº 13.105, de 2015.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A COMPROMISSÁRIA deverá calcular e informar à ANS o valor de que trata o *caput* **no prazo de 130 (cento) e trinta dias a contar do início de vigência do presente Termo**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As obrigações tratadas nas Cláusulas Quarta e Quinta serão consideradas descumpridas, **não cabendo o cumprimento da obrigação subsidiária prevista nesta cláusula**, em relação ao(s) beneficiário(s) que adotar(em) tempestivamente as medidas necessárias para o seu cumprimento ou que se enquadrem na alínea “c” do parágrafo segundo da Cláusula Quinta e deixar(em) de receber o reembolso e/ou indenização que lhe(s) seriam devidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – A COMPROMISSÁRIA obriga-se a classificar-se na faixa 1 ou em faixa melhor em todos os ciclos de acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento de que trata a Instrução Normativa – IN nº 48, de 2015, da Diretoria de Normas e Habilitação.

Signature Not Verified

Digitally signed by
MAURÍCIO NUNES DA
SILVA:01242873705
Date: 2020.07.03
12:43:41 BRT
Reason: Auto
Location: Rio de Janeiro